



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638514 - SP (2021/0001024-8)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GIOVANI SIMPRICIO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANI SIMPRICIO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0006206-54.2020.8.26.0026).

O paciente cumpre pena de 12 anos e 8 meses de reclusão em regime fechado, pela prática de receptação, roubo duplamente agravado e extorsão qualificada.

A impetrante sustenta que estão presentes as exigências legais para o livramento condicional, aduzindo que "o fato de o agravado possuir histórico de falta disciplinar não é óbice ao deferimento do pedido em questão, haja vista que os benefícios em sede de execução penal requerem uma análise de prognose".

Aduz, ainda, que "não há como se considerar a gravidade dos delitos praticados e a longa pena a cumprir como óbice à progressão de regime".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão de primeiro grau que reconheceu ao paciente o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente